



PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO 815675 AD II

Convite/Programa Para Entrega de Propostas

1 - Objeto do Contrato

Prestação de serviços de vigilância e segurança, Lotes II e III.

2 - Tipo do contrato

Aquisição de Serviços.

3 - Prazo da execução do contrato

2 meses

4 - Entidade contratante

A entidade contratante é o CP COMBOIOS DE PORTUGAL, EPE, situada em CALÇADA DO DUQUE N° 20, 1249-109 LISBOA, com os números de telefone 211023839 e com o endereço eletrónico compras@cp.pt

5 - Previamente à abertura do procedimento foi realizada uma consulta preliminar ao mercado

Não

6 -

Previsão de renovações

Não

7 - Contrato adequado para PME

Não

8 - Preço máximo admitido

O preço máximo fixado é de 547.000,00 euros, sendo este valor repartido da seguinte forma, Lote 1 pma 352.000,00€ e para o Lote 2 pma 195.000,00€

9 - Documentos que deverão ser obrigatoriamente apresentados com a proposta

- Cópia de certidão do registo comercial válida ou código de acesso à Certidão Permanente;
- Em caso de agrupamento, instrumentos de mandato, emitido por cada uma das entidades agrupadas, designando um representante para praticar todos os atos no âmbito do procedimento;
- Nos casos em que o Certificado Qualificado utilizado na plataforma não seja da Empresa concorrente ou não permita relacionar o signatário com a sua função e poder de assinatura (por exemplo, assinatura com o Cartão de Cidadão), deve o concorrente apresentar documento indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, nomeadamente procuração;
- Preço dos serviços mediante o preenchimento do Anexo 1, devendo os valores mensais resultarem da aplicação dos diferentes preços hora/homem ao efetivo e período para cada local;
- Documentação a que se refere o n.º 1 e o n.º 2 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos (adiante brevemente designado por CCP), se for caso disso.

10 - Idioma dos documentos da proposta

Quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis, podem ser redigidos em português.

11 - Documentos de habilitação que deverão ser obrigatoriamente apresentados

- Certidão do registo criminal dos titulares dos órgãos sociais de administração, Direção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efetividade de funções;
- Cópia dos Alvarás (A e C) legalmente necessários à atividade objeto do contrato;
- Declaração de situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- Declaração de situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo B do presente Convite.
- Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo D do presente Convite.
- Declaração do concorrente elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo II do CCP
- Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo E do presente Convite

12 - Prazo de entrega dos documentos de habilitação

O prazo para a entrega dos documentos de habilitação é de 5 dias após o do envio da proposta de adjudicação até às 23 horas e 59 minutos.

13 - Prazo para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados

O prazo para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados é de 2 horas após essa informação ser comunicada à entidade.

Habilitação para o exercício da atividade profissional:

Sim

Tipo de Habilitação para o exercício da atividade profissional:

Alvará.

Descrição

Alvarás (A e C) legalmente necessários à atividade objeto do contrato.

14 - Prazo para entrega da proposta

O prazo limite para a apresentação das propostas é até às 23 horas e 59 minutos do dia 20 de janeiro de 2025.

15 - Prazo durante o qual os concorrentes são obrigados a manter a respetiva proposta

70 dias a contar do termo do prazo para apresentação das propostas.

16 - Elementos da proposta

A proposta deverá conter:

- Documentos indicados no ponto 9;
- Preço dos serviços mediante o preenchimento do Anexo 1, devendo os valores mensais resultarem da aplicação dos diferentes preços hora/homem ao efetivo e período para cada local.

17 - Modo de apresentação da proposta

Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados através da e-mail Compras@CP.pt.

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

Obrigações de Subcontratação

Não é aplicável nenhuma obrigação de subcontratação.

Indicação de Subcontratação na Proposta

Inexistência de indicação de subcontratação.

18 - Prestação da caução

Não é exigida a prestação de caução.

19 - Regime aplicável

Ao presente procedimento aplica-se a Parte II do Código dos Contratos Públicos, sendo aplicável o REGULAMENTO PRÉ-CONTRATUAL CP em anexo.

ANEXO A

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º -A, conforme aplicável]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)...(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de...(designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo –quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do(s) mencionado(s) caderno(s) de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventual ente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de proibição do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)]

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º ou na subalínea i) da alínea b) ou alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º -A, conforme aplicável.

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO B

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do nº 1 do artigo 81º]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos: 2 — O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos. 3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal. ... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO C

MODELO DA PROPOSTA

[*] (Identificação), depois de ter tomado completo conhecimento do objeto do concurso: [*], através do anúncio publicado no DR/JOUE de [*] de [*] de [*], obriga-se a executar o presente [*] em conformidade e de harmonia com as condições estabelecidas no programa do concurso e no caderno de encargos, pelo preço global de € [*] ([*]), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do seu contrato, à legislação portuguesa em vigor e ao foro competente nos termos do processo do concurso.

Data

Assinaturas (*Devidamente reconhecidas, com a indicação expressa da qualidade em que são feitas*).

(Identificação)

- **Pessoa singular:** indicar nome, estado civil, profissão, residência, n.º do B.I. e n.º de contribuinte.
- **Pessoa Coletiva:** indicar designação, sede, capital social e n.º de matrícula e contribuinte fiscal.

ANEXO D

MODELOS DE CAUÇÃO

I. GARANTIA BANCÁRIA

C.P. - Comboios de Portugal, E.P.E.
Calçada do Duque, nº 20
1249-109 Lisboa

Em nome e a pedido de [*] (*identificação completa do adjudicatário*), vem o (a) [*] (*identificação completa da instituição garante*), pelo presente documento, prestar a favor de CP - Comboios de Portugal, E.P.E., com sede na Calçada do Duque, nº 20, em Lisboa, uma garantia bancária de Euros: € [*] ([*]), destinada a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo garantido no âmbito do procedimento de [*] para [*].

A presente garantia corresponde a [*]% do valor total da adjudicação acima mencionada e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente de que o Banco garante, no caso de vir a ser chamado a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

A presente garantia rege-se pelo direito português e o tribunal competente para dirimir qualquer questão é o Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa.

Data

Assinaturas (*devidamente reconhecidas, com a indicação expressa da qualidade em que são feitas*)

II. SEGURO CAUÇÃO

Declaração de Seguro Caução n.º [*], Apólice [*]

A [*] (*identificação completa da Seguradora*), a seguir designada por Seguradora, em nome e a pedido de [*] (*identificação completa do adjudicatário*), a seguir designado por tomador do Seguro, declara prestar a favor da CP - Comboios de Portugal, E.P.E., com sede na Calçada do Duque, nº 20, em Lisboa, a seguir designado por Beneficiário, um seguro de caução titulado pela apólice [*], no valor de Euros: € [*] ([*]), destinado a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas

pelo Tomador do Seguro no âmbito do procedimento de [●] para [●] (*indicar a prestação de serviços objeto da adjudicação*), nos termos dos n.º 7 e 8 do artigo 90º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a [●]% do valor total da adjudicação acima mencionada e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, num prazo máximo de 5 dias úteis, após interpelação por simples notificação escrita por parte do Beneficiário.

Fica bem assente que a Seguradora, no caso de vir a ser chamada a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do Tomador do Seguro, sendo-lhe igualmente vedado opor ao Beneficiário quaisquer reservas ou meios de defesa de que o Tomador do Seguro se possa valer face ao Beneficiário.

Este Seguro de Caução tem início em [●] e permanece válido até que seja expressamente autorizada a sua libertação pelo Beneficiário, não podendo ser anulado ou alterado sem o seu consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

A presente garantia rege-se pelo direito português e o tribunal competente para dirimir qualquer questão é o Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa.

Data

Assinaturas (*devidamente reconhecidas, com a indicação expressa da qualidade em que são feitas*)

III. GUIA DE DEPÓSITO

A [●] (identificação completa da empresa), com sede em [●], com o número único de matrícula e de pessoa coletiva n.º [●], vai depositar na conta da CP-Comboios de Portugal, EPE na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, EPE (BIC IGCPPTPL) com o n.º 1120012815 e IBAN PT50078101120112001281513, o montante de € [●] ([●] por extenso), correspondente a 5% ([●] por cento) do valor da adjudicação, a título de caução referente ao procedimento de [●] para [●].

Este depósito, sem reservas, fica à ordem da CP - Comboios de Portugal, E.P.E., entidade a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

Em anexo conta o respetivo comprovativo de transferência bancária.

Data

Assinaturas (*Devidamente reconhecidas, com a indicação expressa da qualidade em que são feitas*).

ANEXO E

MODELO n.º 2 – Declaração Relativa a Trabalhadores Imigrantes

_____ (indicar nome, estado, profissão e morada, ou firma e sede), pessoa coletiva n.º _____, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de _____ sob o n.º _____, titular do alvará n.º _____, com sede em _____ representado(a) pelo(s) Sr.(s) _____ na qualidade de _____, declara para os devidos efeitos legais, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 144.º do Decreto-Lei n.º 34/2003, de 25 de Fevereiro, que cumpre todas as obrigações legais, designadamente a legislação laboral e as obrigações de declaração de rendimentos sujeitos a desconto respeitantes à Administração Tributária e à Segurança Social, relativas a trabalhadores imigrantes contratados para quaisquer dos trabalhos que venham a ser realizados no âmbito da **prestação de serviços de vigilância**.